



## SindiPetro-LP e SINTRICOM realizam “trançaço” nas unidades da Petrobras por novo ACT e isonomia de “benefícios”

 Os petroleiros do Litoral Norte estão em período de negociação de novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que a Contrarreforma Trabalhista de 2017 (governo Temer), estabeleceu que as condições negociadas em um ACT, entre sindicato dos trabalhadores e uma empresa, podem prevalecer sobre as da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e, em muitos casos, sobre a lei, flexibilizando as relações de trabalho, e com limite de validade de 02 anos.

O SindiPetro-LP<sup>1</sup> e SINTRICOM<sup>2</sup>, que representam respectivamente os petroleiros efetivos e terceirizados da Petrobras, iniciaram a campanha unificada por direitos trabalhistas. Há sido um grande passo e avanço essa unidade, em parte conquistada pelo Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte, onde nossos militantes sempre destacaram essa necessidade, até que em 2022 ela ocorreu e parece ter sido assimilada por ambas as direções sindicais.

Os chamados “trançaços” são uma variação das antigas “atrasadinhas”, pois mantém o método de assembleias atrasando a troca de turno, portanto, reduzindo a produção por um breve período de duas horas, mas tem por vantagem ser uma ação coletiva unificando trabalhadores efetivos e terceirizados.

Atualmente, a Petrobras oferece apenas o reajuste salarial com base no IPCA, contudo, os trabalhadores sabem instintivamente que o índice de inflação não reflete o real aumento da carestia de vida, portanto, se faz necessário avançar para um “aumento real” nos salários. Esse aumento deveria ser discutido, avaliado e aprovado em assembleias conjuntas, aprovando um plano comum de reivindicações com um salário mínimo vital aprovado pelos operários e piso para efetivos e terceirizados.

Esse passo ajudaria a avançar à modificação da realidade dos terceirizados. Por um lado, seus vales-alimentação

estão muito defasados, por outro lado, os sindicatos denunciam que as empresas que vencem os editais aplicam a política do “calote”: há 17 casos este ano em que as empresas atrasam salários ou encerram a prestação de serviços sem pagar os últimos salários e rescisões trabalhistas. Ainda, algumas empresas ameaçam a implementação da jornada 6x1.

Os sindicatos apresentarão nas assembleias na UTGCA<sup>3</sup> (dia 07/11) e no TEBAR<sup>4</sup> (dia 12/11) uma pauta contra a implementação da jornada 6x1, isonomia de direitos e “benefícios” entre efetivos e terceirizados, e a renovação do ACT com reajuste real.

É necessário que a pauta se estenda e o conjunto de trabalhadores aprove também: **1) Isonomia salarial entre efetivos e terceirizados; 2) Fim da terceirização; 3) Estabilidade imediata para todos; 4) Completa estatização da Petrobras Sem indenização; 5) Reestatização sem indenização de todo o sistema Petrobras.**

Essas reivindicações são o ponto de partida para se avançar sob o monopólio da cadeia produtiva do petróleo (extração, refino, transporte e distribuição de petróleo e derivados) e posterior controle operário coletivo, transformando a empresa, que atualmente é uma sociedade de economia mista, portanto serve aos interesses da burguesia, em uma empresa em benefício da nação e do nível de vida e cultura das massas. Na base da propriedade estatizada pela revolução proletária, sob seu planejamento nacional e racional, e impondo o monopólio do comércio exterior, irão desenvolver-se as forças produtivas, na transição do capitalismo ao socialismo. ●

3. Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, uma planta da Petrobras em Caraguatatuba (SP), que processa gás natural vindo de plataformas offshore na Bacia de Santos.

4. Terminal Aquaviário Almirante Barroso, localizado em São Sebastião (SP), é o maior da América do Sul, transporta petróleo e derivados de navios e os distribui, por meio de oleodutos, para refinarias e navios para exportação.

1. Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista.

2. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Móveis e Montagem Industrial de São José dos Campos e Litoral Norte

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo

UCRÂNIA

Derrota militar da OTAN e o imperialismo

*Escreva para contribuir com denúncias, com matérias e com a organização sindical para correntesindicalmarxistaguillermolora@proton.me*

# **3 anos de greve na AVIBRAS: é preciso lutar com os métodos próprios do proletariado pela garantia de empregos e salários**

 Em março de 2022, a AVIBRAS, cujo principal ramo de atuação é no desenvolvimento e fabricação de foguetes e mísseis, com a alegação de “problemas financeiros”, iniciou a demissão de trabalhadores e o corte de pagamento de salários e benefícios.

O sindicato Sindmetal, de São José dos Campos, vinculado à CSP-Conlutas, demorou para organizar os assalariados, que decretaram greve por tempo indeterminado em setembro de 2022, que continua até hoje. Desde então, a direção da central e do sindicato tem apostado em reuniões de negociações com a empresa, pedidos de mais investimentos do Governo Federal e a estatização pela via parlamentar. Também se lançaram a tentar negociar melhores condições do “Programa de Demissão Voluntária” (PDV), isenção do IPTU e cestas básicas aos trabalhadores pela Prefeitura.

Há muito tempo nossa posição é de impulsionar a disposição de luta dos trabalhadores, sem confiar nas negociações com o governo ou patrão, ou seja, conquistar as reivindicações com a ação direta, pela via da independência de classe. Sempre apontamos as limitações do método jurídico-parlamentar e indicamos a mobilização dos trabalhadores, com a ação coletiva, como única via possível para barrar as demissões e arrancar as demais reivindicações. Em junho de 2022, nossa militância foi expulsa pelo PSTU do XIII Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de SJC e Região por termos denunciado a política da burocracia de esquerda do

sindicato, diante do fechamento de fábricas e dos acordos de indenização na LG em Taubaté (2021), EMBRAER (2020), e na General Motors de São José dos Campos (2009) – bases do Sindmetal SJC.

Nem as liminares, nem as reuniões com o patrão, nem o pedido de ajuda à Lula e muito menos o Projeto de Lei 2957/2024 (estatização por desapropriação) de Boulos, se mostraram eficientes para barrar o processo de demissões e o não pagamento dos salários. Isto porquê tanto o parlamento, o judiciário, e o executivo são instrumentos da burguesia e irão manter intactos os interesses da classe dominante sobre a necessidade dos explorados. Eis porque a Avibras continua o processo de entrega a capitais estrangeiros.

A greve por tempo indeterminado deveria ter erguido já em 2022 a ocupação da fábrica e exigir seu funcionamento com financiamento integral do estado, sob controle operário coletivo. Mas, acabou se transformando em imobilismo e institucionalismo. O conjunto dos trabalhadores da AVIBRAS têm a difícil tarefa de tirar as lições que correspondem a esses anos de retrocessos e superar sua direção sindical, para que o movimento grevista seja impulsionado e, pela ação direta, e enfrente as ofensivas da burguesia. A estatização só será possível através da ocupação de fábrica, da tomada da linha de produção pelo controle dos operários e pela expropriação sem indenização, o que só será realizado se impulsionado por uma direção revolucionária. ●I

## **Greve geral na Grécia contra a recém-aprovada contrarreforma trabalhista que instaura a “escravidão assalariada”, como caracterizam os sindicatos gregos**

 Uma greve geral de 24 horas foi realizada contra a Reforma Trabalhista aprovada pelo governo, que: **1**) estende a jornada de trabalho até 13 horas por dia e habilita um sexto dia de trabalho (sábados ou domingos), elevando a jornada para 78 horas semanais; **2**) facilita as contratações temporárias para serviços de emergência, sem horário fixo, notificados com 24 horas de antecedência; **3**) altera as regras das férias; **4**) permite trabalhos parciais de 5 horas para complemento de renda; **5**) autoriza empresas a mudar horários de trabalho com 24 horas de antecedência; **6**) estende o “período de experiência” para seis meses; **7**) autoriza demissões sem aviso prévio no primeiro ano de contrato; **8**) penaliza com até 6 meses de cárcere e 5 mil euros de multa a quem impeça com greves o trabalho etc.

De acordo com o governo, a lei “limita” a jornada de trabalho por meio da inclusão de horas extras, estendendo a jornada semanal para 48 horas, com um máximo de 150 horas extras permitidas por ano para, visando chegar na escala 4x3. Lembremos que os assalariados gregos têm um dos salários mais baixos da Europa: 880 euros (US\$ 1.031) por mês, e que o funcionalismo público trabalha mais de 45 horas por semana. Então, o que propõe o governo é estender a jornada com contratos precários mantendo salários rebaixados. Isto é, aumentar a taxa de exploração para pagar dívida pública e aumentar os lucros dos capitalistas reduzindo ao mínimo as condições de vida dos assalariados.

Dezenas de milhares de trabalhadores paralisando o país demonstraram sua força coletiva, mas não impediram a aprovação da lei. O governo ainda disse que não irá retroceder. Assim, os trabalhadores não têm outra alternativa que deflagrar uma greve geral por tempo indeterminado até a derrubada da lei. Essa é a única via para derrotar a ofensiva do governo e da burguesia grega e europeia, e impor as reivindicações dos explorados. O entrave para avançar por esse caminho são suas direções sindicais que estão atreladas à defesa da democracia burguesa e não querem que as massas avancem em sua independência de classe e na luta de classes. Porém, as condições estão plenamente colocadas porque a imensa maioria nacional apoia os grevistas e tem as mesmas reivindicações comuns. Trata-se ainda de uma tendência continental: na França, Inglaterra, Bélgica, Finlândia, Alemanha e Itália, as massas enfrentam os mesmos ataques, defendem as mesmas reivindicações e mostram sua disposição a combater. Mas, lhes falta sua direção classista e revolucionária, que as organize e as une em um movimento nacional e por cima das fronteiras nacionais, transformando essa força social coletiva em um movimento pela derrubada das leis anti-operárias e antipopulares. Isso mostra o quanto urgente se tornou a reconstrução de uma direção revolucionária mundial capaz de unificar os explorados sob um programa comum de reivindicações e da estratégia da luta de classes contra a burguesia e os governos. ●